



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	1
Demonstrações Contábeis Regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de março de 2025.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto César Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.609	2.993
Títulos e valores mobiliários	5	-	6.086
Contas a receber de clientes	6	530	4.239
Tributos a recuperar	7	693	736
Outros ativos circulantes		312	294
Total do Ativo Circulante		4.144	14.348
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	6.857	7.009
Tributos a recuperar	7	745	1.745
Depósitos judiciais e cauções		171	297
Impostos Diferidos		169	-
Imobilizado	8	170.003	175.257
Intangíveis	9	2.164	2.164
Total do Ativo Não Circulante		180.109	186.472
Total do Ativo		184.253	200.820
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		339	186
Empréstimos	10	5.966	5.393
Debêntures	11	5.238	5.110
Dividendos a pagar	12	3.298	12.713
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		361	408
Outros passivos circulantes		727	586
Total Passivo Circulante		15.929	24.396
Não Circulante			
Empréstimos	10	109.104	111.445
Debêntures	11	49.186	50.582
Obrigações pelas aquisições de direitos		13.630	14.076
Provisão contingente	14	164	297
Total Passivo Não Circulante		172.084	176.400
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	67.820	67.820
Reserva de lucros	15	67.820	67.820
Dividendos adicionais propostos	15	11.118	-
Lucros (prejuízos) acumulados	15	(150.518)	(135.616)
Total Patrimônio Líquido		(3.760)	24
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		184.253	200.820

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	16	32.187	34.881
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(11.441)	(10.668)
Resultado operacional bruto		20.746	24.213
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	18	(833)	(650)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		19.913	23.563
Despesas financeiras	19	(14.624)	(14.916)
Receitas financeiras	19	1.563	1.999
Resultado financeiro líquido		(13.061)	(12.917)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.852	10.646
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.629)	(1.786)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	77	-
Resultado líquido do exercício		5.300	8.860

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	5.300	8.680
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>5.300</u>	<u>8.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal			
Saldo em 01 janeiro 2023	67.820	58.381	4.753	-	(121.664)	9.290
Distribuição de reserva de lucro	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Constituição de reserva legal	-	-	1.140	-	(1.140)	-
Constituição de reserva de lucro	-	13.546	-	-	(13.546)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.126)	(8.126)
Absorção prejuízo acumulado	-	-	-	-	8.860	8.860
Saldos em 31 dezembro 2023	67.820	61.927	5.893	-	(135.616)	24
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.300	5.300
Distribuição de reserva de lucros	-	(4.286)	-	-	-	(4.286)
Constituição de reservas legal	-	-	1.010	-	(1.010)	-
Constituição de reserva lucro	-	3.276	-	-	(3.276)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.798)	(4.798)
Dividendos adicionais propostos (i)	-	-	-	11.118	(11.118)	-
Saldos em 31 dezembro 2024	67.820	60.917	6.903	11.118	(150.518)	(3.760)

(i) Os dividendos adicionais propostos serão deliberados via Assembleia Geral na distribuição dos lucros de 31 de dezembro de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.852	10.646
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	6.410	6.405
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	7.220	7.230
Juros, variações monetárias sobre debêntures	5.320	5.321
Encargos sobre empréstimos	129	236
Encargos sobre debêntures	59	(97)
Baixa de Imobilizado	-	64
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126	-
Provisão (reversão) de contingências	(133)	173
Baixa de dividendos	-	(94)
Apropriação de doação	(445)	(446)
Rendimento sobre aplicação financeira	(789)	(1.291)
Lucro ajustado	24.749	28.147
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.583	(1.101)
Depósitos judiciais	126	(186)
Tributos a recuperar	800	344
Ativo fiscal diferido	(92)	-
Outros ativos	(18)	(163)
Fornecedores e outras contas a pagar	153	(152)
Outros passivos	140	174
Caixa gerado pelas atividades operacionais	29.441	27.063
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.433)	(1.419)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.008	25.644
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.156)	(13)
Títulos e valores mobiliários	7.027	629
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	5.871	616
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(18.499)	(14.000)
Pagamento de empréstimos	(1.893)	(1.380)
Juros pagos de empréstimos	(7.224)	(7.382)
Pagamento de debêntures	(3.934)	(3.768)
Juros pagos de debêntures	(2.713)	(2.806)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(34.263)	(29.336)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(384)	(3.076)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.993	6.069
No final do exercício	2.609	2.993
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(384)	(3.076)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2017 e estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 14 de março de 2020 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o
- (viii) Órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações contábeis de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue--
Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. “Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual”.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento

3.14. Despesas e receitas financeiras

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

3.15.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.15.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações Contábeis Regulatórias Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	10	5
Banco	15	2.490
Aplicação financeira (i)	2.584	498
Total	2.609	2.993

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que teve no ano de 2024, remuneração referenciado ao CDI de 104,97% (94,59% em 2023). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira – Santander	-	6.086
Aplicação financeira - conta BNB (i)	6.857	7.009
Total	6.857	13.095
Total circulante	-	6.086
Total não circulante	6.857	7.009

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$6.857 para 2024 (R\$7.009 em 2023).

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	2.830	3.646
CCT (ii)	72	70
CDE (iii)	134	523
Antecipação de cliente	(2.506)	-
Total	530	4.239

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$48 mil em 05/01/2025, R\$48 mil em 15/01/2025, R\$2.479 em 25/01/2025 e R\$39 mil em 05/02/2025 e R\$216 mil provenientes de créditos a serem recebidos
- (ii) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).
- (iii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ciclo 2024/2025 (i)	1.539	-
Ciclo 2025/2026 (ii)	967	-
Total Parcela de Ajuste	2.506	-

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajusta da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26)

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (i)	745	1.745
Contribuição social	257	50
Imposto de renda	251	478
COFINS retido	152	152
PIS retido	33	33
INSS retido	-	23
Total	1.438	2.481
Total circulante	693	736
Total não circulante	745	1.745

- (i) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem realizadas nos próximos períodos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do imobilizado em 2024 é como segue:

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto			Depreciação acumulada			Valor Líquido	
		31/12/2023	Adições	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Transmissão – Em Serviço									
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,58%	9.945	-	9.945	(1.557)	(339)	(1.896)	8.049	8.388
Móveis e utensílios	6,25%	17	-	17	(2)	(1)	(3)	14	15
Máquinas e equipamentos	3,45%	193.162	-	193.162	(27.654)	(6.059)	(33.713)	159.449	165.508
Terrenos		248	-	248	-	-	-	248	248
Administração – Em Serviço									
Equipamentos de informática	20,00%	49	-	49	(22)	(11)	(33)	16	27
Móveis e utensílios	6,25%	-	2	2	-	-	-	2	-
Subtotal		203.421	2	203.423	(29.235)	(6.410)	(35.645)	167.778	174.186
Transmissão – Em Curso									
Imobilizado em andamento		-	1.154	1.154	-	-	-	1.154	-
Sobressalentes		1.071	-	1.071	-	-	-	1.071	1.071
Subtotal		1.071	1.154	2.225	-	-	-	2.225	1.071
Total do Ativo Imobilizado		204.492	1.156	205.648	(29.235)	(6.410)	(35.645)	170.003	175.257

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado -- Continuação

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão – Em Serviço					
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,58%	9.945	(1.896)	8.049	8.388
Móveis e utensílios	6,25%	17	(3)	14	15
Máquinas e equipamentos	3,45%	193.162	(33.713)	159.449	165.508
Terrenos	0,00%	248	-	248	248
Administração – Em Serviço					
Equipamentos de informática	20,00%	49	(33)	16	27
Móveis e utensílios	6,25%	2	-	2	-
Subtotal		203.423	(35.645)	167.778	174.186
Transmissão – Em Curso					
A ratear		1.154	-	1.154	-
Sobressalentes		1.071	-	1.071	1.071
Subtotal		2.225	-	2.225	1.071
Total		205.648	(35.645)	170.003	175.257

8.Imobilizado -- Continuação

A composição das adições no imobilizado em curso do exercício é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Transmissão – Em Curso				
Imobilizado em andamento	-	1.154	-	1.154
Total de adições	2	1.154	-	1.156

A composição das adições no imobilizado em serviço do exercício é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Administração – Em Serviço				
Móveis e utensílios	2	-	-	2
Total de adições	2	-	-	2

A composição das principais adições no imobilizado em serviço é como segue:

Descrição do bem	em R\$ mil	Taxas anuais de depreciação %
1. Armário 2 portas Munique de madeira	2	6,25%

9. Intangível

A composição do intangível em 2024 é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização	Valor Bruto			Valor Líquido	
		31/12/2023	Adições	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço Transmissão						
Servidões	0,00%	2.164	-	2.164	2.164	2.164
Total do Ativo Intangível		2.164	-	2.164	2.164	2.164

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	113.249	115.142	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.625	3.629			
Encargos de empréstimos	(1.804)	(1.933)			
Total	115.070	116.838			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	116.838	7.220	(1.893)	(7.224)	129	115.070
Total	116.838	7.220	(1.893)	(7.224)	129	115.070
Total circulante	5.393					5.966
Total não circulante	111.445					109.104

(i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriar, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	3.060
2027	3.665
2028	3.886
2029	4.618
2030 a 2038	95.550
Total	110.779

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	54.178	55.518	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	1.257	1.244			
Encargos de debêntures	(1.011)	(1.070)			
Total	54.424	55.692			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
2ª emissão de Debêntures (i)	55.692	5.320	(3.934)	(2.713)	59	54.424
Total	55.692	5.320	(3.934)	(2.713)	59	54.424
Total circulante	5.110					5.238
Total não circulante	50.582					49.186

(i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriar, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	3.824
2027	3.885
2028	4.033
2029	4.097
2030 a 2042	34.301
Total	50.140

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos		31/12/2024
				Via dividendos intercalares	Via distribuição de reserva de lucros	
V2I Energia S.A.	12.713	4.798	4.286	(14.213)	(4.286)	3.298
Total	12.713	4.798	4.286	(14.213)	(4.286)	3.298

13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	33.910	36.710
Base presunção IRPJ 8%	2.713	2.937
Base presunção CSLL 12%	4.069	4.405
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	1.563	1.999
Base de IRPJ	4.276	4.936
Despesa de IRPJ	(1.045)	(1.210)
Base de CSLL	5.632	6.404
Despesa de CSLL	(507)	(576)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.552)	(1.786)
Imposto de renda e contribuição social diferido	77	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.629)	(1.786)

- (i) A Companhia revisa periodicamente as bases de suas obrigações legais, que incluem tributos diferidos, considerando sua interpretação da legislação vigente, incluindo suas alterações, evoluções de bases jurisprudencial, bem como suas interpretações às normas aplicáveis e oportunidades de planejamento fiscal disponíveis. Durante o exercício de 2024, a Companhia revisou a alíquota efetiva utilizada na constituição dos passivos fiscais diferidos a fim de refletir a alíquota que se espera que seja aplicada quando da liquidação do correspondente tributo no futuro. Adicionalmente, tratamentos fiscais que são considerados incertos, no âmbito da Interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro, estão suportados por opinião legal de escritórios de primeira linha e são acompanhados regularmente para considerar mudanças de fatos e circunstâncias que possam produzir efeitos nos saldos contábeis.

14. Provisão Contingente

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui processos com prognóstico possível e possui 16 processos de servidão e 2 processos de reparação de danos materiais com prognóstico provável.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências	164	297
Total	164	297

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é representado somente por ações ordinárias:

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%
	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%

Em 2024 não houve alteração no capital social da Companhia.

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido/Prejuízo do exercício (Societário)	20.202	22.812
Base da reserva legal	20.202	22.812
Reserva legal (5%)	1.010	1.140
Saldo inicial	5.893	4.753
Calculado no ano	1.010	1.140
Total	6.903	5.893

15. Patrimônio Líquido--Continuação

Dividendos

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (25%, em 2023) ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício (Societário)	20.202	22.812
Reserva legal (5%)	(1.010)	(1.140)
Base para dividendos	19.192	21.672
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	4.798	5.418
Dividendos adicionais propostos	11.118	2.708
Total de dividendos propostos	15.916	8.126

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício (Societário)	20.202	22.812
Reserva legal (5%)	(1.010)	(1.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.798)	(5.418)
Dividendos adicionais propostos	(11.118)	(2.708)
Reserva de lucros	3.276	13.546
Saldo inicial	61.927	58.381
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(4.286)	(10.000)
Calculado no ano	3.276	13.546
Dividendos adicionais propostos	11.118	-
Total	72.035	61.927

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido--Continuação

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	5.300	8.860
Lucro por ação	0,0781	0,1306

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(135.616)	(121.664)
Lucro/Prejuízo do exercício regulatório	5.300	8.860
Constituição das reservas	(4.286)	(14.686)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.798)	(8.126)
Dividendos adicionais propostos	(11.118)	-
Saldo final	(150.518)	(135.616)

16. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	33.910	36.710
(-) Tributos sobre a receita	(1.238)	(1.340)
(-) Encargos do consumidor	(485)	(489)
Total	32.187	34.881

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo com pessoal (i)	(1.718)	(369)
Custo com materiais	(165)	(170)
Custo com serviços de terceiros (i)	(1.298)	(3.357)
Custo com seguros	(383)	(350)
Custo com doações, contribuições e subvenções	-	446
Custo com tributos (ii)	(1.022)	(26)
Custo com depreciação e amortização	(6.410)	(6.405)
Demais custos	(445)	(437)
Total	(11.441)	(10.668)

- (i) Internalização de contrato de O&M, diminuindo o custo de serviço e aumentando o custo com pessoal.
 (ii) Referente à baixa de crédito de ICMS que não será recuperado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(725)	(608)
Depreciação e amortização	(11)	(9)
Gastos diversos	(97)	(33)
Outras receitas e despesas operacionais	(833)	(650)

19. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos (i)	(7.407)	(7.108)
Juros sobre debêntures (i)	(5.322)	(5.320)
Multas e acréscimos moratórios	(64)	(93)
IOF, Comissões e taxas	(1.740)	(2.395)
Outras despesas financeiras	(91)	-
Despesas Financeiras	(14.624)	(14.916)
Receita com aplicações financeiras	1.220	1.796
Juros sobre mútuo	330	203
Outras receitas financeiras	13	-
Receitas Financeiras	1.563	1.999
Resultado financeiro líquido	(13.061)	(12.917)

- (i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2024 é R\$7.220 e em 31/12/2023 R\$7.230. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2024 é de R\$5.320 e em 31/12/2023 é de R\$5.321. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2024 é R\$ 129 e em 31/12/2023 R\$236. O valor de encargos sobre debêntures em 31/12/2024 é R\$ 59 e em 31/12/2023 é de R\$(97).

20. Seguros

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (i)	Risco Operacional	70.000	06 de maio de 2024 até 06 de maio de 2025
Chubb Seguros Brasil S.A. (ii)	Responsabilidade Civil	20.000	06 de maio de 2024 até 06 de maio 2025

- (i) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$338.587
- (ii) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 59.062.

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	6.857	13.095
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.609	2.993
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	3.036	4.239
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	115.070	116.838
Debêntures	2	54.424	55.692
Fornecedores	2	339	186

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

21. Instrumentos financeiros --Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

21.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

21. Instrumentos financeiros –Continuação

21.1 Fatores de risco financeiro –Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito--Continuação

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 4,69% em 31 de dezembro de 2024.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanco Patrimonial Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		2.609	-	2.609	2.993	-	2.993
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	6.086	-	6.086
Contas a receber de clientes		530	-	530	4.239	-	4.239
Tributos a recuperar		693	-	693	736	-	736
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	30.647	30.647	-	29.482	29.482
Outros ativos circulantes		312	-	312	294	-	294
Total do Ativo Circulante		4.144	30.647	34.791	14.348	29.482	43.830
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários		6.857	-	6.857	7.009	-	7.009
Tributos a recuperar		745	-	745	1.745	-	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	301.669	301.669	-	292.034	292.034
Depósitos judiciais e cauções		171	-	171	297	-	297
Impostos Diferidos	(iii)	169	(169)	-	-	-	-
Imobilizado	(ii)	170.003	(169.981)	22	175.257	(175.227)	30
Intangíveis	(ii)	2.164	(2.164)	-	2.164	(2.164)	-
Total do Ativo Não Circulante		180.109	129.355	309.464	186.472	114.643	301.115
Total do Ativo		184.253	160.002	344.255	200.820	144.125	344.945

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Passivo						
Circulante						
Fornecedores	339	-	339	186	-	186
Empréstimos	5.966	-	5.966	5.393	-	5.393
Debêntures	5.238	-	5.238	5.110	-	5.110
Dividendos a pagar	3.298	-	3.298	12.713	-	12.713
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	361	-	361	408	-	408
Outros passivos circulantes	727	-	727	586	-	586
Total Passivo Circulante	15.929	-	15.929	24.396	-	24.396
Não Circulante						
Empréstimos	109.104	-	109.104	111.445	-	111.445
Debêntures	49.186	-	49.186	50.582	-	50.582
Obrigações pelas aquisições de direitos	(ii) 13.630	(13.630)	-	14.076	(14.076)	-
Provisão contingente	(i) 164	-	164	297	-	297
Impostos Diferidos	(iii) -	23.114	23.114	-	22.585	22.585
Total Passivo Não Circulante	172.084	9.484	181.568	176.400	8.509	184.909
Patrimônio Líquido						
Capital social	67.820	-	67.820	67.820	-	67.820
Reserva de lucros	67.820	-	67.820	67.820	-	67.820
Dividendos intercalares	11.118	-	11.118	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(iv) (150.518)	150.518	-	(135.616)	135.616	-
Total Patrimônio Líquido	(3.760)	150.518	146.758	24	135.616	135.640
Total Passivo e do Patrimônio Líquido	184.253	160.002	344.255	200.820	144.125	344.945

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Receita Líquida	(v)	32.187	9.979	42.166	34.881	7.737	42.618
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(11.441)	5.242	(6.199)	(10.668)	6.463	(4.205)
Resultado operacional bruto		20.746	15.221	35.967	24.213	14.200	38.413
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais	(vi)	(833)	-	(833)	(650)	-	(650)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		19.913	15.221	35.134	23.563	14.200	37.763
Despesas financeiras	(vii)	(14.624)	-	(14.624)	(14.916)	-	(14.916)
Receitas financeiras		1.563	-	1.563	1.999	-	1.999
Resultado financeiro líquido		(13.061)	-	(13.061)	(12.917)	-	(12.917)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.852	15.221	22.073	10.646	14.200	24.846
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.629)	-	(1.629)	(1.786)	-	(1.786)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(iii)	77	(319)	(242)	-	(248)	(248)
Resultado líquido do exercício		5.300	14.902	20.202	8.860	13.952	22.812

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido societário	146.758	135.640
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(332.316)	(321.516)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	158.515	163.315
Impostos diferido (CPC 47)	23.283	22.585
Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)	(3.760)	24

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(vii) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido societário	20.202	22.812
Receita Líquida (CPC 47)	(9.979)	(7.737)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(5.242)	(6.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	319	248
Resultado líquido regulatório	5.300	8.860

23. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações Contábeis Regulatória.

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9